

Constituinte discute 'Trens da Alegria'

BRASÍLIA — A maioria dos artigos das Disposições Transitórias que concede benefícios a categorias profissionais não deverá ser aprovada. Com exceção da estabilidade dos funcionários públicos com mais de cinco anos e da extensão das prerrogativas dos Procuradores aos demais advogados da União, a Liderança do PMDB deverá fechar questão contra a maioria das propostas.

Uma das emendas rejeitadas pelo grupo do Senador Mário Covas é a que acabaria beneficiando os "marajás". Pelo texto da Sistematização, os vencimentos, vantagens e adicionais recebidos em desacordo com a Constituição seriam reduzidos aos limites nela determinados, "não se admitindo a invocação de direito adquirido ou percepção do excesso a qualquer título". Mas esta última parte foi suprimida na emenda do Centrão.

A Liderança do PMDB também não concorda com o artigo que concede benefícios aos militares que tenham participado de operações bélicas da Força Expedicionária Brasileira (FEB), da Marinha e da Força Aérea Brasileira. Entre estes benefícios, estão o aproveitamento no serviço público sem concurso, pensão de segundo-tenente e prioridade na aquisição de casa própria. O



Lins: Delegados precisam ser estáveis

PMDB concorda com as pensões para civis que participaram de combates, mas exclui os militares.

Segundo o Assessor Parlamentar do Exército na Constituinte, Werlon Roure, a aprovação do texto beneficiaria milhares de militares que atuaram em tropas regulares. Uma emenda do Deputado Alexandre Puzyna (PMDB-SC) inclui entre os beneficiários os ex-integrantes do Batalhão de Suez, que serviram na



Freire concorda com grupo de Covas

Força de Paz da ONU na Palestina, entre 1956 e 1965.

Os partidos de esquerda acompanham a posição da liderança peemedebista. Ao saber da emenda de Puzyna, o Líder do PCB, Roberto Freire, por exemplo, desabafou:

— Só falta agora alguém querer incluir os integrantes das forças que interviram na República Dominicana, impedindo que um governo democrático assumisse o poder.

Mas, para surpresa de Freire, a emenda também contempla os que atuaram em São Domingos. Há ainda a concessão de pensão de três salários mínimos para os "soldados da borracha" — seringueiros recrutados em 1943, durante a Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil tinha o compromisso de fornecer borracha aos Aliados.

Outra emenda polêmica, de autoria do Deputado Farabulino Júnior (PTB-SP), estende aos Delegados de Polícia, após dez anos de serviço, as prerrogativas da magistratura, como a vitaliciedade e a irremovibilidade. O representante do Centrão nas negociações, Deputado José Lins (PTB-SP), argumenta que os Delegados precisam de estabilidade para um combate eficaz à violência.

No entanto, Lins garante que os líderes do grupo considerarão como questões abertas os demais pontos, pois eles "não envolvem uma posição doutrinária, mas sim um problema de consciência". Entre eles, está o projeto do Deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), autor da emenda dos cinco anos, que isenta de pagamento de direitos autorais a música sacra baseada em texto bíblico, quando utilizada em programas de caráter religioso.

Servidor com cinco anos de carreira terá estabilidade

A estabilidade no emprego dos funcionários públicos com cinco anos de serviço deverá ser aprovada por acordo de lideranças da Constituinte. A proposta é defendida pelo Centrão e pela maioria do grupo do Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas. Ela atinge os servidores da União, dos Estados e Municípios que contem com, pelo menos, cinco anos de serviço na administração direta ou indireta.

O Deputado José Lins (PFL-CE), representante do Centrão nas negociações, não admite que a medida seja classificada como um "trem da alegria":

— Essa interpretação é muito engraçada. Para o setor privado, alegavam que a estabilidade a partir dos três meses de admissão no emprego era um "avanço social". Mas, para o setor público,

não a aceitamos nem mesmo após cinco anos.

O Deputado Antônio Gaspar (PMDB-MA), integrante do grupo que negocia as Disposições Transitórias pela Liderança do PMDB, tem argumento parecido:

— Não há a intenção de favorecer, mas sim de regularizar. Por que dizer que estabilidade no emprego é "trem"? Nós não defendemos isto para o setor privado? Por que rejeitar a efetivação daqueles que trabalham já há cinco anos no serviço público?

A mesma opinião tem a maioria dos líderes dos partidos de esquerda. O Líder do PCB, Deputado Roberto Freire, considera justa a estabilidade para o servidor, já que para o trabalhador do setor privado foi concedida a garantia de emprego. Ele ressalta que os funcionários públicos só serão admitidos através de concurso.

Anistia a militares e eleição não farão parte do entendimento

BRASÍLIA — A anistia para os militares cassados em 1964 e a data das eleições municipais deverão ser votadas em separado, ficando fora do amplo acordo que as lideranças tentam fechar para as Disposições Transitórias, em reunião na manhã de hoje. O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, chegou a esta conclusão após um encontro com o Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) e os Relatores Adjuntos Konder Reis (PDS-SC) e Adolfo de Oliveira (PL-RJ), além do Senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ). Os cinco se encontraram na manhã de ontem, na residência de Ulysses.

No encontro, eles estudaram estratégias para acelerar os trabalhos da Constituinte e encerrar o primeiro turno já nesta sexta-feira. A concretização desse objetivo é fundamental para que a Carta seja promulgada em meados do próximo mês, como previu Ulysses no sábado. A principal arma a ser utilizada é a fusão de emendas. Graças a este instrumento foi possível agilizar as votações dos títulos aprovados em primeiro turno.

Nos casos da anistia e das eleições municipais, entretanto, as lideranças concordam que o emprego deste expediente é impossível. Isso porque há posições conflitantes entre o Centrão e a Liderança do PMDB — sem contar os partidos de esquerda.



Ulysses ouve Nelson, ladeado por Konder Reis, Cabral e Adolfo de Oliveira

O artigo da anistia possui 17 emendas, algumas prevendo a indenização dos militares cassados e outras concedendo perdão aos marinheiros punidos por atos administrativos que tiveram motivação política. O Centrão não admite negociar sobre nenhuma das emendas e quer manter inalterado o seu texto. Já a Liderança do PMDB é favorável à anistia pa-

ra os marinheiros, mas está dividida quanto às indenizações.

Em relação às eleições municipais, os constituintes poderão votar em três propostas: a manutenção do texto, que prevê mandato de quatro anos e marca a eleição para novembro deste ano; a emenda Rosa Prata (PMDB-MG), estabelecendo um mandato-tampão de dois anos,

com direito à reeleição; e a emenda do Deputado Aureo Mello (PMDB-AM), que prevê a prorrogação dos mandatos dos atuais Prefeitos até 1989. Pela avaliação de lideranças de vários partidos, cresce no plenário a tendência pela aprovação da emenda Rosa Prata.

Nas reuniões realizadas até sexta-feira, as lideranças partidárias — sem representantes do PFL — chegaram a um acordo até o Artigo 20, de um total de 62. Ficou praticamente definida a regulamentação da adaptação ao novo sistema tributário. Falta apenas reajustar o calendário. Esse trabalho é fundamental para que as Casas legislativas tenham tempo para aprovar os orçamentos dos Estados e Municípios com base no texto votado no primeiro turno.

Se houver um atraso na Constituinte e, mais uma vez, o cronograma estabelecido pelo Deputado Ulysses Guimarães não for cumprido, a manutenção dos prazos previstos atualmente fará com que os Estados e Municípios deixem de arrecadar os impostos a que passarão constitucionalmente a ter direito.

Um estudo sobre o reajustamento do calendário ficou a cargo do Deputado José Serra (PMDB-SP). Ele apresentará sua conclusão na reunião de hoje, que será realizada no Gabinete da Liderança do PMDB.